nomeadamente pensão social de invalidez, velhice, viuvez, orfandade e complemento solidário para idosos;

2.23 — Autorizar outros apoios aos titulares da prestação de RSI e aos restantes membros dos seus agregados familiares no âmbito do programa de inserção, até ao limite máximo conforme legalmente estipulado;

2.24 — Desenvolver as acções necessárias à aplicação dos regimes sancionários às infracções de natureza contra-ordenacional relativas aos estabelecimentos de apoio social aos beneficiários/contribuintes;

2.25 — Emitir declarações de situação perante o RSI e outras prestações do âmbito da protecção social de cidadania.

3 — No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências agora delegadas/subdelegadas podem ser objecto de subdelegação, com excepção das previstas nos n.ºs 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.9 e 2.18, e entendem-se feitas sem prejuízo dos poderes de avocação.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados desde 23 de Maio de 2005 todos os actos praticados pela directora da Unidade de Protecção Social de Cidadania no âmbito do presente despacho.

4 de Maio de 2007. — O Director, *José Alberto Oliveira*.

Centro Nacional de Pensões

Despacho (extracto) n.º 10 045/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do presidente do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., foi autorizada a concessão de licença sem vencimento por um ano solicitada pela assistente administrativa principal Lavinia Maria da Cruz Nobre Monteiro, do quadro de pessoal do ex-Centro Nacional de Pensões, ao abrigo e nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, 157/2001 e 169/2006, de 5 de Maio, de 11 de Maio e de 17 de Agosto, respectivamente. A referida licença produz efeitos a partir de 14 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2007. — O Director, *José Barrias*.

Despacho (extracto) n.º 10 046/2007

Por despacho de 12 de Março de 2007 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., foi alterada a modalidade da nomeação de Mónica Sofia Piedade Correia na categoria de assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Nacional de Pensões, pelo despacho n.º 16 483/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 21 de Agosto de 2006, para nomeação definitiva, nos termos do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeito a partir de 21 de Agosto de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2007. — O Director, *José Barrias*.

Despacho (extracto) n.º 10 047/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., foi nomeada definitivamente na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Centro Nacional de Pensões a licenciada Georgina Maria Noronha Baptista Almeida, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2007. — O Director, *José Barrias*.

Despacho (extracto) n.º 10 048/2007

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso das competências conferidas pelos artigos 29.º, n.º 3, e 28.º, alíneas c) a o), dos Estatutos do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, delego na directora da Unidade de Prestações por Invalidez e Velhice 1 (UPIV1), licenciada Paula Cristina Pinho Oliveira Barros, em regime de substituição, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Relativamente ao pessoal afecto à respectiva unidade orgânica:

1.1 — Aprovar o mapa de férias e autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço;

1.2 — Justificar faltas;

1.3 — Afectar o pessoal, excepto dirigente e de chefia, na área das respectivas unidades orgânicas;

1.4 — Autorizar os funcionários ou agentes a comparecer em juízo quando requisitados nos termos das leis de processo;

1.5 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respectiva unidade orgânica, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

1.6 — Assinar correspondência relativa a assuntos correntes dos serviços.

2 — Despachar os pedidos de concessão de prestações de segurança social requeridas ao ISS, I. P. — Centro Nacional de Pensões que se insiram na área de actuação da sua Unidade.

3 — Os poderes referidos nos n.ºs 1 e 2 podem ser subdelegados nos directores de núcleo e chefes de equipa das respectivas unidades orgânicas.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados os actos praticados no seu âmbito pela respectiva directora desde 16 de Março do corrente ano.

30 de Março de 2007. — O Director, *José Barrias*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 10 049/2007

No ano de 1998, o Governo, representado pelos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, representadas pelos respectivos presidentes, no desenvolvimento do disposto na Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e das regras constantes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, bem como dos princípios consignados no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, acordaram o processo de envolvimento dos estabelecimentos de educação pré-escolar das instituições particulares de solidariedade social no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, através de celebração de um protocolo de cooperação, assinado em 7 de Maio de 1998.

A partir do ano lectivo de 2000-2001, mantendo-se sempre como base de entendimento o protocolo de cooperação identificado, tem vindo a ser assegurada a actualização de alguns pontos do mesmo, nomeadamente dos relativos ao apoio financeiro assegurado pelo Estado em cumprimento do referido protocolo.

Nestes termos, para o ano lectivo de 2006-2007, os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, em representação do Governo, em processo negocial desenvolvido com a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, acordaram na manutenção das obrigações insertas no protocolo de cooperação citado, que enquadra o envolvimento destas instituições no âmbito do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e nos acordos negociados anualmente em complemento desse protocolo (que, independentemente das datas específicas neles apostas, se entendem como aplicáveis aos períodos equivalentes de 2006-2007), com as alterações seguintes:

1 — O apoio financeiro previsto no n.º 2.2 da cláusula IV do protocolo de cooperação, anualmente actualizado, passa a ser o seguinte no ano lectivo de 2006-2007:

1.1 — Componente educativa — € 105,76/criança/mês;

1.2 — Componente sócio-educativa — € 59,60/criança/mês.

2 — A remuneração mensal média dos educadores de infância a partir da qual as instituições passam a receber compensação, na sequência do definido nos acordos anuais será, no ano lectivo de 2006-2007, de € 1102,29.

3 — O valor a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Fundo de Compensação Sócio-Económica, aprovado pelo despacho conjunto n.º 413/99, de 16 de Março, é fixado no ano lectivo de 2005-2007, a partir de 1 de Setembro de 2006, em € 47,24.

3 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

Despacho n.º 10 050/2007

No ano de 1998, o Governo, representado pelos Secretários de Estado da Administração Educativa e da Inserção Social, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, representada pelo respectivo presidente, no desenvolvimento na Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e das regras constantes do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, acordaram o processo de envolvimento das autarquias locais